

# A trajetória de um economista como cientista social\*

Paul Singer<sup>§</sup>

## 1 Formação profissional

Comecei a graduação na Faculdade de Economia da USP em 1956. Anteriormente estudei na Escola Técnica Getúlio Vargas, uma escola estadual, e fui trabalhar na indústria. Era uma época de abertura econômica e, sobretudo, política. Acabei virando sindicalista e entramos em uma grande greve em São Paulo, chamada greve dos 600 mil, em 1953, que coincidiu, aliás, com a eleição de Jânio Quadros para prefeito de São Paulo. Eram várias categorias juntas: metalúrgicos, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos. Era uma luta salarial. Fui um dos líderes dessa greve pela categoria dos metalúrgicos. A partir dessa luta, passei a interessar-me por Economia e comecei a estudar por autodidatismo. Era membro do Partido Socialista, quer dizer, a motivação desses estudos era basicamente política. Em vista disso, achei importante obter um diploma para poder dedicar-me integralmente ao estudo de economia em vez de fazer isto só no meu tempo livre de trabalhador metalúrgico. Quando fui aprovado no Vestibular em 56, eu era eletrotécnico na Phillips, depois mudei para a Siemens. Era difícil trabalhar oito horas por dia e estudar à noite. Sobrava muito pouco tempo. Então, consegui um emprego na Contadoria Geral do Transporte, uma entidade mantida pelas ferrovias, para fazer o tráfego mútuo, repartir as tarifas pagas pelos transportadores de carga em diferentes companhias ferroviárias. Era preciso repartir isso e era um trabalho bastante qualificado, então fui técnico em tarifas. Esse emprego permitia que eu trabalhasse das 12 às 18 horas, e assim consegui transferir-me do curso noturno para o diurno e fiz um curso em condições melhores. Formei-me em 59.

---

\* Entrevista realizada com o prof. Paul Singer em setembro de 2001 pelo prof. Raul Cristovão dos Santos da FEA-USP.

§ Professor do Departamento de Economia da FEA-USP.

Na década de 50 começam a surgir obras como a de Celso Furtado. Caio Prado era anterior e foi muito usado no vestibular, e eu já o havia lido na fase de autodidata. O grande livro do Celso foi escrito em 59, *Formação Econômica do Brasil*. A professora de História era a Prof.<sup>a</sup> Alice Canabrava, que tinha enorme interesse pelo Celso. Ela não entendia de Economia, entendia muito de História. Ela promovia seminários com os seus assistentes, que eram formados na Faculdade de Economia, estudando Celso Furtado. Ignácio Rangel também era discutido, mas não me recordo muito bem se no meu tempo de estudante, mas, com certeza, quando já era recém-formado.

Essas discussões - esse tema geral de interpretar o Brasil - já aconteciam dentro da Faculdade, era a paixão. A paixão do movimento estudantil e, portanto, dos estudantes mais conscientes que participavam do movimento estudantil. Percebia-se que o País estava se desenvolvendo cheio de contradições, então, entender esse processo, eu diria, era o que fascinava a todos. Nós éramos muito fascinados por essa discussão teórica envolvendo o Celso Furtado, Caio Prado, Ignácio Rangel e os economistas um pouco mais conservadores. Na Faculdade, tínhamos um professor que era um liberal ferrado, um neoliberal, o Prof. Dorival Teixeira Vieira. Ele era o mais importante de todos os professores porque as cátedras tinham várias disciplinas e todas as disciplinas importantes estavam ligadas à sua cátedra. Ele lecionava, por exemplo, Moedas e Bancos e Teoria do Valor. Todas as disciplinas teóricas de peso estavam ligadas a ele e eu me lembro que a uma certa altura, deve ter sido na época do Plano de Metas do Juscelino Kubitschek, foi organizado um seminário na faculdade pelos professores de economia para discutir a industrialização com os professores de economia da escola de Sociologia e Política. Eu assisti, absolutamente estatelado, porque não conseguia entender o que eles diziam. A discussão dos meus professores era mais ou menos a seguinte: pela lógica da teoria econômica, a da teoria das vantagens comparativas, o Brasil tinha que plantar café; essa coisa de indústria não tinha nenhum cabimento porque não tínhamos nenhuma vantagem comparativa tentando substituir importações. Tínhamos que exportar aquilo que a natureza nos permitia, que era café, algodão e outros que tais. Então, o Prof. Dorival Teixeira Vieira dizia: sim, mas estamos numa democracia, o povo inteiro quer indústria. Ele desculpava o Plano de Metas como uma coisa economicamente irracional, mas politicamente inevitável.

Era época do catedrático, e, na verdade, a faculdade estava dividida em feudos, cada um com seu senhor feudal. O Prof. Dorival tinha mais assistentes, porque ele tinha mais matérias realmente fundamentais. Por outro lado, havia o Prof. Bueno, cujo assistente era o Delfim Netto, mais ligado à estatística econômica. Mas o Delfim tinha uma posição desenvolvimentista, que ele mantém consistentemente até hoje. Ele tinha uma posição oposta à do Prof. Dorival, na medida em que achava que planejar era muito importante, que o papel do governo na condução do processo de desenvolvimento era fundamental. Havia o Prof. Roberto

Pinto de Souza, que dava Macroeconomia. Ele nos ensinou Keynes e, aliás, muito bem. Ele foi depois o diretor da FAAP, Fundação Armando Álvares Penteado. O Prof. Mário Wagner Vieira da Cunha, que acabou sendo meu catedrático, tinha inclinações de esquerda. Digamos que, dos professores catedráticos, ele era o mais à esquerda, em termos relativos. Assim, havia uma farta diversidade de orientações.

Nesse mesmo período comecei a participar de um grupo informal que estudava *O Capital*, formado por estudantes e professores das mais diferentes áreas de Ciências Sociais, tais como Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, José Giannotti, Fernando Novais, Octávio Ianni. Eles me convidaram para o grupo como futuro economista. O grupo do *Capital* durou sete anos. Essa experiência foi fascinante, eu aprendi horrores. Eu nunca tinha visto nada de Filosofia, não havia Filosofia no nosso currículo. Então, eu me deparava com o Giannotti, que era um filósofo; com o Fernando Henrique, um cientista político; com o Ianni, sociólogo; com a Ruth Cardoso, antropóloga; e com o Fernando Novais, que tinha sido meu professor. Aliás, foi ele que me indicou para o grupo. Ele era professor de História na Faculdade de Economia, naquele momento. Nós aprendemos muito uns com os outros a pretexto de estudar *O Capital*. Foi totalmente interdisciplinar. Se havia alguém que predominasse, eu diria que era o Giannotti, por duas razões. Uma, porque foi que ele tomou a iniciativa, ele teve a idéia de formar um grupo interdisciplinar para estudar *O Capital*. Ele tinha acabado de voltar da França, tinha passado dois ou três anos lá, e veio com essa idéia de que estudar *O Capital* seria uma coisa importante, porque este é um livro multidisciplinar. A idéia da multidisciplinaridade veio com ele. Ele nos convenceu disso. Uma outra vantagem: os filósofos são especialistas em ler com muito cuidado, com muita acuidade, a ponto de ir até à gramática, ao uso das palavras. E todos nós aprendemos isso com o Giannotti. Eu, certamente. Se você olhar nossos trabalhos acadêmicos dessa época (todos nós fizemos tese, de doutoramento, de livre docência) verá que todos nós fomos profundamente afetados pelo nosso seminário, pela interdisciplinaridade. Foi muito emocionante e muito bom.

No Brasil não havia marxistas com essa formação. O Giannotti, como mencionado acima, trouxe isso da Europa e nós embarcamos com entusiasmo. Só para contar um episódio engraçado: eu lia *O Capital* em alemão, minha língua materna, sou austríaco de nascimento. O Giannotti lia em francês porque trabalhou na França, outro lia em espanhol, enfim, havia lá várias traduções. A uma certa altura aconteceu uma grande discussão entre o Giannotti e eu porque ele afirmava coisas que eu não tinha lido. Aí puxamos nossos exemplares e começamos a olhar. Há páginas e páginas no exemplar em francês que não existem em alemão. Quando o livro foi traduzido para o francês, o tradutor submeteu a tradução ao Marx que, ao lê-la, começou a escrever trechos adicionais, tentando explicar melhor as suas idéias para o público francês. Há ali umas dez, quinze páginas que ele escreveu só na versão francesa, as quais nunca

foram incorporadas à edição alemã. Quer dizer, o Giannotti não tinha errado nada, mas eu também não porque eu não tinha o que ele estava lendo. Era esse o nível de leitura que fazíamos do *O Capital*. O grupo termina com o golpe de 64 porque o Fernando Henrique tem que se exilar, depois a Ruth também vai para o exílio. Continuamos nos reunindo ainda alguns meses, mas aí o grupo acaba e só vai se reconstituir em 69, com outras pessoas, em função das aposentadorias. Mas sobre isso falarei mais adiante.

## 2 USP: primeira fase

Formei-me em 59, e em 60 comecei a dar aulas como assistente do Prof. Mário Wagner Vieira da Cunha. Ele estava afastado, a serviço das Nações Unidas, acho que na Venezuela. E o assistente mais antigo, que tinha doutoramento, era o Prof. Juarez Brandão Lopes. Era ele quem chefiava, de fato, a cadeira e eu me tornei seu assistente e, desde então, ficamos muito amigos. A matéria central do Prof. Mário Vargas era a Ciência da Administração. Isto porque, à época, os cursos de Administração e de Economia estavam juntos. Eu, por exemplo, me formei em Ciências Econômicas e Administrativas. Havia uma matéria que ele tinha elaborado e que se chamava Estudo das Organizações Econômicas, mas que nada mais era do que Economia Agrícola ou Economia Agrária. Agora, já formado, eu achava fundamental estudar agricultura e não havia no currículo nenhuma matéria dedicada a isso. Então, como eu era economista, dentro da assistência acabei dedicando-me muito a essa matéria, Estudo das Organizações Econômicas. Mas, o que eu dava mesmo era reforma agrária, teorias do Caio Prado, argumentos pró e contra, toda a história do desenvolvimento econômico brasileiro sob o ângulo da agricultura. Além disso, só uma curiosidade, mas é interessante, quando eu já estava no segundo ano de assistência, acabaram me designando para lecionar Psicologia. Eu nunca tinha tido esta matéria, não fazia parte do currículo, mas considerou-se necessário que houvesse um curso de Psicologia, porque havia Administração e para a Administração ela era importante. E acabou caindo para mim, então eu dei aula de Psicologia, sem nunca ter tido. Eu tirava livros, lia e depois dava as aulas. Aprendi muito de Psicologia. Quanto os alunos aprenderam eu não sei, mas eu aprendi muito. Isso foi no começo na década de 60.

Nesse período, as idéias da CEPAL eram muito importantes. O Prof. Dorival Teixeira Vieira, que era mais liberal, tinha um certo choque com essas idéias, ele era absolutamente monetarista. Ele era formado em Ciências Sociais, e tem uma tese de doutoramento sobre a história monetária brasileira, que eu uso no meu curso ainda hoje, e que confronto com a de Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan, que são keynesianos, inteiramente keynesianos. Então, eu faço os alunos lerem certos capítulos do Prof. Dorival e desses professores, para eles perceberem como a mesma história pode ser interpretada de forma totalmente oposta,

principalmente o Encilhamento. Para o Prof. Dorival Teixeira Vieira, aquilo foi uma coisa escandalosa, enquanto que do ponto de vista do Peláez e do Suzigan, não. Ele são claramente cepalinos, keynesianos e me identifico muito com eles. São bons trabalhos, com orientações totalmente diferentes. Então, eu acho ótimo, para os alunos treinarem a cabeça um pouco, para que vejam como é que os mesmos fatos podem ser interpretados de uma forma muito diferente, e como estas diferentes interpretações correspondem também a interesses. Não só a idéias e valores, mas também a interesses.

É deste período o meu artigo, publicado em 63, de certa forma crítico daquela visão estagnacionista da CEPAL, acerca da crise econômica do início dos anos sessenta, portanto, bem anterior ao trabalho da Conceição Tavares, escrito junto com o Serra, que só viria a aparecer no início dos anos 70. Eu escrevi esse artigo em 63, tentando dizer que estávamos realmente numa crise, isso era visível, mas que era uma crise conjuntural e que, sem nenhuma mudança estrutural, provavelmente sairíamos dela. A crise se esgota, tem pontos de estrangulamento que impedem que a economia continue, mas depois de algum programa de estabilização, porque havia o problema inflacionário, provavelmente a economia se recuperaria. Esta tese causou muita crítica do lado da esquerda, que dizia que o Brasil estava condenado a uma total decadência econômica se não se fizesse a reforma agrária. O raciocínio todo era o seguinte: a única forma de se desenvolver era a partir do mercado interno com substituição de importações, mas que, dada a extrema concentração da propriedade fundiária, sendo o País ainda basicamente agrícola, simplesmente o mercado interno não seria suficiente para permitir um processo continuado de desenvolvimento. E meu artigo estava dizendo que não era isso e que, por volta de 67/68, a economia poderia voltar a crescer. Por coincidência, isto, de fato, ocorreu, muito embora eu não pretenda ter sido profeta. Acertei no sentido de perceber que se tratava de uma crise conjuntural e não mais do que isso. Aí vieram críticas, por um lado do pessoal da CEPAL, e também do próprio pensamento de esquerda. Houve uma crítica do Coelho, que escreveu sob um pseudônimo, Tavares, se não me engano, pelo Partido Comunista. A polêmica se deu na *Revista de Civilização Brasileira*, que era uma revista de bom calibre acadêmico. Eu publiquei o artigo, e no outro número houve uma crítica. Depois, escrevi um artigo de resposta à crítica, que não aceitaram publicar e que eu acabei incluindo no meu primeiro livro, *Desenvolvimento e Crise*. Lá está a resposta que não consegui publicar.

### 3 Primeiro afastamento da USP

Esse período efervescente tem um desfecho trágico em 64. Isso mudou o ambiente dentro da Faculdade, a ponto de eu ter que sair. Foi o meu primeiro afastamento da USP. O Prof.

Mário Vargas Vieira da Cunha, depois que reassumiu a cadeira, já tinha tempo de se aposentar. Porém, não se aposentava porque queria deixar a cadeira para mim. O Prof. Juarez Brandão Lopes, que estava antes de mim, foi para a Faculdade de Arquitetura. Os assistentes que ficaram foram eu e a Prof.<sup>a</sup> Lenina Pomeranz. A Prof.<sup>a</sup> Lenina estava na Polônia com uma bolsa, então fiquei eu. Para que eu assumisse a cátedra, depois que o Prof. Mário se aposentasse, eu precisaria fazer o doutoramento. Então, estas eram as circunstâncias: eu estava inscrito para o doutoramento, o Prof. Mário estava fora do Brasil, não tinha voltado ainda, e o seu substituto era o Delfim, que já era catedrático. Por isso, o Delfim tornou-se meu catedrático e meu orientador. Inclusive, pedi que ele me orientasse e ele aceitou. Eu ia fazer a tese sobre desenvolvimento econômico.

Com o golpe militar, a situação mudou politicamente dentro da Universidade e dentro da Faculdade. O que eu fiquei sabendo, por intermédio do Prof. Mário, foi que, segundo o Delfim, não haveria a menor chance de eu ficar com a sua cadeira porque eu não iria fazer o doutoramento. Aí o Prof. Mário desistiu de esperar e se aposentou. Então, o Prof. Mário Wagner sugeriu que eu me demitisse: “Olha, você deve se demitir porque o seu cargo é um cargo de confiança do catedrático. Como você não vai poder ficar com a cadeira, quem ficar com ela não vai querer que você fique e até eticamente é melhor que você se demita do que esperar ser demitido.” Ele disse a mesma coisa para os pais da Prof.<sup>a</sup> Lenina, que eram os seus procuradores no Brasil. Então nós nos demitimos, tecnicamente não fomos propriamente afastados, mas obviamente nos demitimos forçados. Eu me demiti e os pais da Lenina demitiram. O que foi uma coisa muito estranha porque, como ela tinha bolsa, não poderia se demitir. Ela tinha obrigação de dar aula pelo dobro do período que ficou afastada com vencimentos. Então, quando ela voltou mais tarde, com a anistia, acusaram-na de não ter cumprido o contrato. E ela disse: eu quero dar aula, me obriguem e eu dou com muito prazer. Depois, ela acabou voltando para a Faculdade.

#### **4 Volta ao mercado de trabalho**

Eu sai da Faculdade e fui trabalhar na Hidroservice com o famoso Henri Maksoud. Maksoud criou uma imensa empresa que, na época, era a maior consultoria do mundo, em termos de tamanho. Uma consultoria que fazia estudos principalmente sobre sistemas hídricos e que tinha conseguido grandes contratos. Eu atendi a um anúncio de jornal. Fui lá, não disse quem era nem o que fazia, um desconhecido. Ele me aceitou, apesar de termos idéias diferentes, e encarregou-me de criar um departamento de planejamento. O crescimento da

consultoria era maluco, entraram 200 pessoas e um ano depois havia mil. Comecei então a recrutar agrônomos, engenheiros, economistas, porque tínhamos grandes projetos, inclusive um projeto de desenvolvimento hídrico do alto Tietê, que abrange toda a área da Grande São Paulo, desenvolvimento integrado dos recursos hídricos para a navegação, para abastecimento de água, para a geração de energia elétrica. Comecei a encontrar um monte de gente qualificada, com experiências as mais diversas, à disposição. E eu não percebia o que estava acontecendo. Compreendi anos depois. É que São Paulo tinha sido muito menos atingido pelas arbitrariedades da perseguição política, a partir do golpe de 64. Então, as pessoas com alguma atuação política mais pública, mais expostas à perseguição, vinham para São Paulo, desde gaúchos até nordestinos. O Maksoud foi ótimo, porque ele não queria saber qual era a orientação política dessas pessoas. Deste modo, ele conseguiu uma mão-de-obra de excelente qualidade sem ter que despender muito tempo para formá-la.

Neste período, obtive o meu doutorado. Como afirmei acima, por causa do golpe militar o Delfim descartou a possibilidade de eu assumir uma cadeira na Faculdade. Bem, quando eu saí, obviamente deixei a pós-graduação. Fui trabalhar, mas ainda como professor comecei a trabalhar com o Florestan Fernandes. Na época, ele havia criado um centro chamado Centro de Sociologia do Trabalho (CESIT). Ele tinha recebido recursos para fazer uma pesquisa sobre os obstáculos não-econômicos ao desenvolvimento econômico. No fundo, o que ele queria estudar era a desigualdade regional no Brasil. Sua hipótese era de que essa desigualdade regional, ou seja, o grande avanço de São Paulo *versus* o atraso do Nordeste, deveria ter razões de caráter mais sociológico do que propriamente econômico. Ele queria um economista para fazer um estudo do desenvolvimento de uma série de cidades brasileiras para isolar os aspectos econômicos. E eu fui indicado. Eu era amigo dos assistentes dele: Fernando Henrique e Octávio Ianni. Então ele me contratou e me deu cinco cidades para estudar: São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Blumenau e Porto Alegre. Ele escolheu bem as cidades. Eu deveria fazer um bom estudo das razões, dos fatores propriamente econômicos que explicam o desenvolvimento tão diferente dessas cidades brasileiras. Levei três anos fazendo esse estudo, principalmente porque estava fora da Faculdade. Fui às cidades, levantei material. Aprendi muito com isso. Como o estudo compreendia tantas cidades, acabei produzindo uma teoria da desigualdade regional no Brasil, bem econômica, que foi o que ele pediu. Quando apresentei o último relatório, ele me disse que estava muito interessante e perguntou-me se não queria transformar o material numa tese. Achei ótimo. Sob sua orientação, em poucos meses escrevi uma introdução, conclusões, reunimos os cinco ensaios, derivados dos cinco relatórios originais da pesquisa, e isso virou minha tese de doutoramento, que defendi, em 1966, na Faculdade de Filosofia na cadeira de Sociologia I.

## 5 Primeira volta à USP

Fiquei na Hidroservice de 64 a 66. Alguns anos mais tarde, a Prof.<sup>a</sup> Lenina Pomeranz também dirigiu o departamento de planejamento da Hidroservice, após voltar da Rússia com o seu doutoramento. Aliás, eu e a Prof.<sup>a</sup> Lenina tivemos carreiras muito paralelas. Mas aí surgiu uma oportunidade de trabalhar na Faculdade de Saúde Pública. A Prof.<sup>a</sup> Elza Berquó era professora catedrática de estatística na Faculdade de Saúde Pública que, na época, chamava-se Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Ela havia criado um Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (Cedip). A Demografia era uma nova disciplina que não tinha ainda formalização, nem profissional e nem acadêmica. Não havia Departamento de Demografia, nem disciplinas. Ela resolveu então recrutar um conjunto de professores de diferentes áreas. Eu fui como economista, Cândido Procópio Ferreira de Camargo como sociólogo e o João Yunes, que depois foi secretário da Saúde do governador Montoro, era o médico da equipe. E a equipe toda recebeu bolsa da Organização Mundial da Saúde para estudar demografia no exterior. Eu já havia feito o doutorado e acabei então fazendo um Pós-Doctor, em Princeton. Fui para lá em 66. Defendi a tese de doutorado em agosto e em setembro já embarquei, quer dizer, fiquei até poder defender a tese, e como logo a seguir começava o ano acadêmico em Princeton, fui para lá, onde passei um ano, estudando demografia. Fiz um ótimo curso de pós-graduação em demografia.

Nesse período, havia vários campos de pesquisa surgindo, daí toda essa dinâmica de alguém começar e ir desbravando esses novos campos. Demografia mesmo, nem na área de História era muito desenvolvido. Esses temas começaram aí, a partir da década de 60. Para ser mais exato, toda essa preocupação com a dinâmica demográfica tem início com o trabalho de padronização dos censos demográficos decenais da ONU. Quer dizer, os censos passam a ser feitos nos anos terminados em zero, em 50, em 60, em 70, em 80. Antes não era assim: cada país fazia o censo de acordo com o seu próprio método. Agora passavam a ser homogêneos e decenais. Isso permitiu avaliar, fazer estudos demográficos que nunca puderam ser feitos antes. De repente tem-se, para o mesmo ano, 1950, dados atualizados, com a mesma metodologia de todos os continentes. Isso permitiu um avanço fantástico dos estudos demográficos. Esse avanço se dá em 60, na verdade, porque é o segundo censo. Tem-se que ter dois censos para começar a fazer as análises da dinâmica da fecundidade, da mortalidade, enfim, da dinâmica populacional. Resultado: conhecidos os dados do Censo de 60, estoura uma onda malthusiana ou neomalthusiana. Por que? Porque se descobre que os países em desenvolvimento, como o Brasil, estão com um enorme crescimento demográfico, ou seja, o desenvolvimento permite uma dramática redução da mortalidade e não afeta muito a fecundidade. Então, tem-se fecundidade extremamente elevada que, antes, era anulada por uma mortalidade igualmente elevada, mas que, agora, cai por efeito de antibióticos e coisas

dessa natureza. Como resultado, tem-se populações que dobram a cada 23 anos. Nós tínhamos crescimento de 3% ao ano, que dá 100% de crescimento em 23 anos, taxa geométrica. Isso criou uma onda de pavor, quer dizer, o mundo iria estourar. Era a chamada explosão populacional. Havia muita verba para financiar estudos demográficos. Em parte, eu fui para a demografia porque havia verba para isso, havia demanda, interesse prático para planejamento demográfico. Este é um fato muito importante. Embora a demografia não deixe de ser uma ciência, ela tem um uso ideológico malthusiano terrível, quer dizer, os pobres são culpados de sua pobreza porque eles têm muitos filhos. Eu fui para lá tentar lutar contra isso. Éramos o único Centro Demográfico, naquele momento, financiado pela Organização Mundial de Saúde, ou Organização Panamericana de Saúde, que era ligada à Organização Mundial, com uma postura antineomalthusiana. Para eles, isso é importante, ou seja, ter diálogo, mesmo que fossem adversários, porque depois de estudar demografia nós estávamos em condições relativamente iguais. Os argumentos, as análises estatísticas eram os mesmos, estávamos, no fundo, com os mesmos fatos na mão. Meu professor foi o Prof. Ansley Coale, que é realmente um dos grandes demógrafos do século XX, porém totalmente malthusiano. Ele tinha escrito um livro, tomando por base o México e a Índia, para demonstrar como esses países jamais poderiam desenvolver-se enquanto tivessem tantos filhos porque não havia poupança e, portanto, não haveria capital. Quando tomei o curso com ele, eu disse que queria fazer um trabalho sobre população e desenvolvimento. Não precisa, disse-me ele, acabei de escrever um, leia. Respondi que já o tinha lido, mas que não estava de acordo. Ele foi elegantíssimo e disse: “Olha, tudo bem, faça o seu trabalho.” Fiz e deixei o trabalho lá, em inglês. Ele veio depois ao Brasil, já havia aprovado, mas disse: ”Só agora no avião que eu li de fato seu trabalho, *very scholar*, erudito, mas eu não entendi nada.” Bem, na verdade, era um trabalho meio marxista.

Quando voltei, tornei-me professor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, de Demografia Econômica, pode-se dizer. A minha tese de Livre Docência, que se chama Desenvolvimento e Dinâmica Populacional, é um estudo exatamente da relação entre dinâmica populacional e desenvolvimento econômico. Ela deriva daquele trabalho de curso em Princeton. Quando voltei ao Brasil, passei para o português, ampliei um pouco e apresentei como tese de Livre Docência, em 68, na Faculdade de Higiene. Tornei-me livre docente em demografia.

## 6 Segundo afastamento da USP: a criação do CEBRAP

Em dezembro de 68, houve o AI-5, e a partir dele todo o fechamento político do País, o fechamento do Congresso por causa da recusa da maioria de cassar o mandato de Márcio

Moreira Alves, e o expurgo na Universidade. Assim, em abril de 69, nós todos fomos aposentados, desde o meu orientador, que foi o Florestan Fernandes, até a minha catedrática, naquela momento, que era a Elza Berquó. Todos os meus amigos e companheiros, Octávio Ianni, Fernando Henrique, Arthur Giannotti fomos aposentados entre os dias 23 e 30 de abril de 69. Nós sabíamos que íamos ser aposentados. Quando houve o AI-5, eu mandei contar meu tempo de serviço. E outros também, quer dizer, não havia dúvidas de que seríamos expurgados. Começamos, pois, a nos preparar para isso, não queríamos ir para o exterior. Queríamos permanecer no Brasil para continuar nossas atividades de pesquisa, tínhamos trabalhos em andamento que achávamos importante. Então, criamos o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), alguns meses depois da aposentadoria. Foram aposentadas dezenas de pessoas, setenta ou oitenta, em todas as Universidades, não só em São Paulo. Mas um grupo de São Paulo, especificamente, tinha ligações com a Fundação Ford, nós, da Saúde Pública, tínhamos uma grande pesquisa sobre fecundidade humana, financiada pela Fundação Ford. Portanto, havia motivos para a Ford continuar financiando nosso trabalho fora da Universidade, porque já havia investido um bom dinheiro na aplicação de questionários etc. Mas além desse motivo havia o desejo da direção dessa Fundação de apoiar os professores excluídos da Universidade, dando-lhes condições de permanecer no País. Foi com o apoio da Fundação Ford que criamos o CEBRAP, que existe até hoje. Eu voltei à minha experiência multidisciplinar do estudo de *O Capital*, quer dizer, o núcleo do grupo do CEBRAP era o grupo que, há dez anos, vinha estudando *O Capital*. Não era bem o mesmo grupo, mas os antigos companheiros, o Giannotti, Octávio Ianni, Fernando Henrique, Juarez Brandão Lopes (que aderiu ao grupo mais tarde) e eu éramos, de certa forma, o núcleo que mais se conhecia no CEBRAP. Outros que também se juntaram foram Cândido Procópio e Elza Berquó e ficou uma organização bem maior. Chico de Oliveira nunca participou do grupo do *Capital*, não foi fundador, mas veio pouco depois para a organização. De certa forma, ele é quem continua nessa veia mais marxista de análise. Ele escreveu um texto, que depois se tornou um livro muito lido: *Crítica à Razão Dualista* em 72. Ao mesmo tempo eu escrevi *O Milagre Brasileiro: Causas e Conseqüências*, que foi o ponto de partida para uma coletânea que publiquei sob o título *A Crise do Milagre*. Os dois textos foram estimulados pelo trabalho da Conceição Tavares e do José Serra: *Para Além da Estagnação*. Em 72, não nos conhecíamos. A Conceição veio, de volta do Chile, e foi parar no CEBRAP. Trouxe com ela esse trabalho, que é uma crítica ao Celso Furtado, crítica muito gentil, mostrando que o Celso estava errado quando imaginou que o Brasil jamais se industrializaria, porque as reformas de base pelas quais ele tinha se empenhado os militares não iriam realizar e sem elas o desenvolvimento seria impossível. E já estávamos em pleno milagre econômico. Então, a Conceição e o Serra tentaram explicar como foi possível o milagre econômico sem as reformas de base. Isso os obrigou a reformular tudo. Nós fizemos seminários sobre isso. O Chico

escreveu seu texto do ângulo mais das desigualdades regionais. Este trabalho foi a base da *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*.

Nós tínhamos uma instituição no CEBRAP, análoga à dos nossos seminários às quintas-feiras na Faculdade de Economia, que lá se chamavam “mesões”. Era uma coisa muito boa: cada um dos nossos trabalhos era realmente lido e criticado pelos demais. Dessa forma, você tinha a oportunidade de ter o crivo de uma crítica de muito bom nível, e de boa vontade também porque não eram críticas destrutivas. Esse trabalho coletivo foi uma das coisas boas do CEBRAP. Havia, porém, um obstáculo na hora de produzir, escrever esses trabalhos, que era a censura. Particularmente depois do AI-5 houve alguns anos de repressão, de censura prévia, que foram muito duros. E nós não tínhamos nenhuma defesa, o regime militar fechava as coisas mais simples do mundo. Durante os primeiros anos do CEBRAP simplesmente não publicávamos. Levamos anos para adquirir coragem para começar a publicar o que chamávamos de *Cadernos*, que eram os cadernos de discussão interna. Depois esses *Cadernos* foram usados amplamente em todas as Universidades. Nós acabamos influenciando mais a Universidade brasileira fora dela do que se cada um de nós estivesse num de seus Departamentos. Na realidade, a censura nos obrigava a uma disciplina mental muito forte, porque você não podia recorrer à retórica. Se você caísse na retórica, certamente os censores vetariam o que você estava escrevendo. Nós escrevíamos muito no *Opinião*, depois no *Movimento*. Eram “publicações malditas”, ou seja, de oposição, e muito visadas pela censura. Então, o que é que acontecia? Os censores não entendiam o conteúdo do que a gente escrevia, mas sabiam reconhecer a fraseologia, o jargão. Se você usasse fraseologia de esquerda, aquilo não saía. Você era obrigado a escrever numa linguagem muito neutra, dizendo as coisas pelo conteúdo e não pela forma. Foi muito bom, eu diria que foi uma experiência interessante. Depois que a censura acabou, houve uma explosão de fraseologia, de retórica, muitas vezes em detrimento do conteúdo. No período repressivo, você tinha que se ater ao conteúdo e não simplesmente usar uma palavra, um chavão, que, muitas vezes, oculta a fragilidade do seu raciocínio.

De qualquer forma era um trabalho ter que escrever com um censor interno sobre a sua nuca. Um caso muito engraçado que ficou na minha memória ocorreu quando eu já escrevia para o *Movimento*. Eles me pediram um artigo e eu escrevi algo, se não me engano, sobre a questão agrária e a censura cortou. Deram-me o artigo, eu mudei algumas coisas, voltou para a censura e ela cortou de novo. Isso ocorreu várias vezes: eles cortando e a redação mudando. Até que finalmente foi aceito. Mas aí assinaram o artigo como Paulo Vigorelli, outra marca de máquina de costura, porque eles achavam que não era mais o meu artigo. Foram modificações de forma, o conteúdo era o mesmo.

Na época do CEBRAP, eu publiquei muita coisa, tive uma produção muito grande, foi uma época na qual eu me interessei principalmente pelo problema do setor terciário. De repente, ficou claro que não só o Brasil, mas o mundo inteiro, estava caminhando para uma transformação econômica extremamente importante e que era a predominância dos serviços, tanto na formação do PIB como na composição da força de trabalho. A indústria que, por suposto, era a grande empregadora, não o era. Estava havendo um grande crescimento da produtividade do trabalho e isso estava desempregando. Na verdade, havia uma enorme expansão de todo tipo de serviço, serviço do bem-estar social, da educação, previdência e muitos outros serviços. Então começaram a surgir análises sobre quais seriam as implicações sociais, econômicas, políticas dessa transformação da economia numa economia de serviços. Eu me interessei por esse tema que, por sua vez, relacionava-se à discussão marxista sobre trabalho produtivo e improdutivo. Era uma coisa interessante. Então eu escrevi sobre essa questão teórica, tentando mostrar que a maior parte do trabalho na linha de serviços não era improdutivo, que o fato de não gerar produto material era irrelevante. Se um Trabalho é ou não produtivo tinha a ver com a satisfação das necessidades humanas. Havia uma visão rasteirinha de que o trabalho que não produz algo tangível não é produtivo. Essa era a visão que levou a uma distorção trágica na União Soviética, levou ao subdimensionamento de todos os serviços, pois estes eram vistos como improdutivos. Por exemplo, não havia loja suficiente, o que resultava naquelas filas fantásticas. Produzir era importante, quer dizer, plantar, colher, transformar, embalar tudo isso era produtivo. Na hora de tirar da prateleira e dar para alguém, isso não era produtivo. Escrevi um trabalho, “Trabalho Produtivo e Excedente”, que foi publicado no primeiro número da *Revista de Economia Política*, em 1981, especificamente sobre isso, e mais tarde interessei-me em aplicar essas idéias ao serviço de saúde. Formei, então, uma equipe interdisciplinar, com o médico Oswaldo Campos e a economista Elizabeth M. De Oliveira (que era então minha assistente no CEBRAP), e escrevemos um livro chamado *Prevenir e Curar*, que é uma análise do serviço de saúde. Eu queria fazer uma análise econômica do seguinte: há alguma metodologia que nos possa indicar que aplicar 1 real em serviço de saúde produz mais ou menos saúde para a população do que aplicar 1 real em nutrição ou em outras coisas que também são importantes para a saúde da população? O que é prevenir e curar? Fui aprofundar-me na literatura sobre o serviço de saúde propriamente. Há toda uma literatura crítica sobre isso. Descobri, então, que o serviço de saúde, na verdade, causa as doenças. Essa é uma das coisas mais importantes, porque a definição do que é saúde e do que é doença depende dos médicos. Uma população que se julga sã pode se transformar numa população doente se o serviço médico, que não havia, chega lá e começa a diagnosticar as pessoas como sendo doentes. Então, você não tem mais uma coisa objetiva. O que eu queria era saber se a presença de um médico, o gasto com ele, reduz a morbidade e a mortalidade. Mas, na verdade, muitas vezes a chegada do médico aumenta a morbidade, pois esta começa a ser reconhecida, há inclusive uma medicalização das patologias sociais. No

fundo, o que é doença? O que é um comportamento patológico? Descobri que a Organização Mundial de Saúde define a situação de saúde como sendo de felicidade. A definição de saúde oficial, internacionalmente reconhecida, que dá para defender, é uma situação de pleno bem-estar. Se você tem algum problema é porque o seu bem-estar está afetado. Se você está infeliz, você não tem saúde, mesmo que todos os seus órgãos estejam funcionando. Mas, então, qual é o limite? Você começa a encontrar doenças nos indivíduos que roubam, que matam, que são ciumentos. De repente, a medicina começa a colidir com a polícia, ela é invasiva, a tendência da medicina é englobar todas essas patologias.

Produzimos um livro muito interessante, *Prevenir e Curar*, que é uma crítica ao serviço de saúde. Fizemos uma história do serviço de saúde no Brasil. Posteriormente, dei um curso no INCOR, aos médicos, sobre nosso livro, tentando convencê-los disso. Descobri que alguns deles têm uma visão muito mais crítica do que eu.

## 7 Segunda volta à USP

A minha volta à USP foi uma coisa fantástica porque houve um forte movimento para nós voltarmos. A anistia ainda não era total. Nós éramos autorizados a voltar caso houvesse um convite por parte da Universidade. Se não houvesse convite, nós não poderíamos voltar. Eu tive a sorte de ser convidado pela Faculdade de Saúde Pública e pela Faculdade de Economia. Eu pude optar e resolvi optar pela minha Faculdade de Economia, onde eu me formei, porque eu sou economista, e eu fiz bem, fui feliz nisso. A força que foi feita para o Fernando Henrique voltar, para o Florestan Fernandes voltar, para o Octávio Ianni voltar foi comovente. E eles não voltaram, se recusaram. O Fernando disse que estava cansado de dar aulas. Nessa altura da vida, ele já era suplente de senador. Depois que o Montoro foi eleito governador, ele assumiu a sua cadeira no Senado, quer dizer, ele já estava mais voltado para a política. Eu estava no outro extremo, eu queria dar aula. Os dois que voltaram com gana de dar aula fomos o Giannotti e eu. Eu já estava dando aula na PUC, voltei para a USP. O Florestan não voltou por razões dele. Todos os seus discípulos, todos os seus assistentes estavam na USP e a USP tinha adoração pelo Florestan, e ele foi para a PUC, mais tarde foi eleito deputado. Era uma grande figura o Florestan, mas tinha lá suas idiossincrasias. Pediram quase com lágrimas para ele voltar, ele era um ídolo, ele era a Sociologia. A grande sociologia da USP era Florestan Fernandes. É muito difícil explicar o motivo de ele não ter voltado. Mas não voltou, nem ele, nem o Fernando Henrique, nem o Octávio Ianni. O Octávio Ianni não aceitou, foi para a PUC, depois para a UNICAMP. Eles iam para qualquer lugar menos para a USP. Não sei bem por quê. Eu tenho a impressão que eles se sentiam como se não tivessem mais lugar na USP, dada toda aquela história dos expurgos que ocorreu dentro da USP.

Eu optei pela USP e fui muito bem recebido. Fiquei amigo da Prof.<sup>a</sup> Diva Pinho, que eu não conhecia. A Diva era chefe do Departamento, ficamos amigos na hora. Comecei a dar aula, os alunos queriam que eu desse aula, eu me senti muito bem. Eu voltei em 80, com a anistia, e comecei a dar aulas em 81. Nessa época, o Departamento era enorme, tinha cento e tantos professores. Um Departamento daquele tamanho não tem problema de lugar, sempre tinha lugar para muita gente, você se perde lá dentro, eu não conhecia os colegas. Mas o que eu adorei foi o fato de que meu programa de Introdução à Economia, que eu havia elaborado na PUC, tinha sido adotado na USP. Isso me deixou muito feliz e eu senti um curso aberto, democrático em que as divergências eram bem aceitas. Havia alunos que eu tinha criticado, como o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso, e outros professores que tinham sido meus alunos antes, mas me dei muito bem com todos eles.

Aliás, sempre que tenho oportunidade, trato de desfazer essa imagem de que o curso da USP é monolítico ou de direita porque isso é falso, assim como é falso dizer o contrário, que é uma escola de esquerda. Uma comparação que eu costumo fazer é com a UNICAMP. Eu acho a UNICAMP muito mais homogênea que a USP, o curso é mais monolítico, o que é uma pena para a UNICAMP. Há uma orientação lá. Eu prefiro que não haja uma orientação única, acho mais democrático, eu tiro dúvidas sobre minhas incertezas, eu gosto de ser checado, isso é bom. Na minha opinião, o nosso Departamento de Economia da USP tem conflitos, eu tive alguns, de ordem política, quando candidataram-me a Diretor da Faculdade. Mas isto não transbordou para o plano pessoal. Em outros departamentos esses choques, essas inimizades, são muito mais profundas, chegando ao ponto de as pessoas não se falarem. Eu fico feliz. Eu diria que a pluralidade é maior hoje porque há muito mais variedade.

## **8 Uma lição de vida: interdisciplinaridade e pluralismo**

Ao contar esta minha trajetória, eu estou querendo dizer que saía e voltava da economia porque eu nunca me conformei em fazer economia estrita, restringir-me a algum modelo econômico. Eu tentei entender economia como uma parte das ciências humanas. Fiz pesquisas em desenvolvimento regional, demografia, saúde, serviços, mas sempre com um traço de economia, sempre. Eu nunca deixei de ser economista. Continuo me interessando por outras áreas, mas nunca abandonei a economia. Hoje, a minha posição é a de que a economia não é uma ciência, é uma disciplina importantíssima, mas que tem que se completar com a política, no mínimo, e, provavelmente, com a sociologia, com a antropologia, todas as ciências do homem.

Há uma visão muito específica de economia, que eu ligo à escola neoclássica e que pensa a economia como mecânica pura. Então, você pode ter modelos sem nenhum laço com a realidade. Você desenvolve o modelo, e ele passa, se não contém inconsistências lógicas, a fazer parte da ciência. Lembra-me um famoso artigo sobre “as caixas vazias”, ou seja, você aprende teorias que você guarda em caixas para quando precisar delas. Depois, na hora de enfrentar problemas, você vai abrir as caixas e percebe que estão vazias. O que significa que muitos modelos não têm qualquer aplicação e que para resolver problemas reais não há teorias. Minha visão de economista é muito mais empírica, muito mais ligada à história, à realidade concreta.

Quanto ao uso da matemática, eu acho que é um exagero trabalhar só com modelos. A matemática é uma linguagem que é útil. Sou especialmente muito apreciador de econometria; eu acho que é uma forma boa de você checar teorias, tentar ver em que medida a realidade estatística, a realidade mensurável e empírica confirma ou não as suas proposições. Agora, trabalhar exclusivamente de forma matemática empobrece demais, a meu ver. Não é um problema de forma, porque você, ao dar uma aparente precisão, perde uma riqueza. Eu me lembro sempre de um curso que tive sobre teorias do desenvolvimento com o Delfim, que, aliás, é um magnífico professor. Fui aluno dele de graduação e de pós. Na pós, ele deu Adam Smith, Ricardo e Marx, inteiramente sob a forma de equações, algo que eu nunca tinha visto. Naquele momento, aquilo me entusiasmou porque ele conseguia transformar toda aquela riqueza de idéias em “mais e menos” Depois de algum tempo, quando comecei a dar aula, percebi que isso, para o aluno que nunca leu o autor no original, é um empobrecimento brutal. Você reduz uma proposta, que é muito ambígua, numa coisa linear, lógica, fácil de memorizar e ...falsa.

Eu tive um momento de encanto pela formalização matemática, muito inspirado no volume II do *O Capital*, nos seus esquemas da reprodução. Marx pegou o *Tableau Économique* de Quesnay, deu uma reinterpretação, e aquilo, digamos, é a base da macroeconomia. Marx desenvolveu ali uma teoria da procura efetiva. Keynes deu uma outra forma e Kalecki uma terceira. Aliás, eu tenho um livro sobre a teoria do emprego no qual eu tentava trabalhar com modos de produção diferentes, que eu formalizei matematicamente. Então, tem lá umas equações e aquilo me encantava porque eram semelhantes aos esquemas de reprodução do Marx. Hoje em dia não o faria dessa forma. O que eu fazia era transformar todos os conceitos em linguagem matemática; no fundo, era apenas isso. Não acrescentava nada. Muitos anos mais tarde, depois de ter feito isso e abandonado, percebi que, no meu modo de trabalho, toda a parte de formalização matemática era uma excrescência. Encontrei um livro, que eu

acho muito importante, uma imensa contribuição, *Regulação e Crise do Capitalismo* de Michel Aglietta, sobre os Estados Unidos. Quando li o livro, eu dei um curso inteiro na pós-graduação só sobre o Aglietta. Eu não tinha noção de que aquilo estava iniciando a escola da regulação. Mas estudei com os alunos capítulo por capítulo, da mesma forma que eu tinha feito no grupo do *Capital*. E aí ficou claríssimo para mim que ele fez a mesma coisa que eu tinha feito dez anos antes. Ele passa o tempo todo formalizando aquelas equações. Se você esquece as equações, fica muito mais claro, elas não acrescentam nada. Tem um raciocínio que, aliás, é muito rico, sociológico, antropológico e econômico ao mesmo tempo. Toda a idéia da norma do consumo ligado à repartição é um lindo trabalho. Agora, a parte da formalização é uma excrescência. Em vez de tornar didático, só complica.

Sobre a minha visão atual do nosso curso, gostaria de contar uma passagem da minha vida. Na verdade, após a minha aposentadoria da USP, em 69, eu voltei a exercer o magistério na PUC. Isso foi em 77 Tornei-me professor e dois anos depois chefe do Departamento de Economia. Mas antes disso eu mudei completamente o curso de Economia na PUC. Isso vale a pena contar. Eu tinha certo renome quando me levaram para a PUC. Por isso, deram-me uma turma de quarto ano, para dar uma matéria que eu achava interessante, Economia Pública, na qual se discutia o papel Estado, a questão dos orçamentos, e assim por diante. Foi um dos piores cursos que dei na minha vida. Os alunos eram passivos, não havia nenhuma pergunta. Eu entrava na classe, começava a falar, perguntava se eles tinham alguma dúvida, se eles queriam discutir algo, nenhuma reação. Eu fiquei ultrafrustrado, depois de tantos anos sem dar aula, porque eu gosto de dar aulas e aula para mim é diálogo. E me queixei com os colegas e eles me disseram: “Olha, você não sabe o que a PUC faz com os alunos. Eles entram no maior entusiasmo, depois vão se cansando, vão ficando com enjôo, no fim eles aceitam qualquer coisa, você pode dizer o que quiser. A única coisa que eles querem é ir embora.” Pensei, alguma coisa está errada. Isso é um massacre, nós não queremos isso. Então pedi ao chefe do Departamento, Prof. Alfredo Fillelini, que me desse, por favor, os alunos que acabavam de entrar. Passei a lecionar Introdução à Economia e comecei a dar Adam Smith, Ricardo e fazer os alunos lerem os clássicos. E eles gostaram, havia um certo entusiasmo. Os outros professores começaram a me perguntar o que eu estava fazendo. Eu disse que não iria adotar nenhum manual, iria adotar os clássicos, eles são ótimos didatas. Os alunos vão estudar as obras fundamentais de Smith, Ricardo, Marx, Marshall, que eles nunca mais vão esquecer e que lhes fornecerão uma base não só de história de idéias, mas de conceito, de uma visão do que é economia. E os professores queriam fazer isso também, só que eles nunca tinham lido Adam Smith, nem Ricardo, nem Marx. Então, eu me propus a dar seminários para eles. Sábado, de manhã, eu me reunia com os colegas que davam Introdução à Economia e nós estudávamos juntos esses autores. Criou-se um novo programa que tinha essa particularidade, começava pelos clássicos. A USP adotou depois. Como afirmei acima, quando eu retornei à

USP, tive o prazer de encontrar o meu programa da PUC sendo usado. Estou contando essa história para dizer que o curso dado na USP é um bom curso pela sua pluralidade e, por isso, eu gosto dele. Tem professores neoclássicos, keynesianos, cepalinos, regulacionistas, marxistas. Eu acho que isso cria uma riqueza que é indispensável para os alunos.

Essa pluralidade é que eu imprimo nos meus cursos, como no caso de Moeda e Bancos que eu citei anteriormente. Nesse curso, eu dou a parte histórica da moeda desde a discussão de Max Weber, Marx até pedaços da história concreta de alguns países: Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil. Depois vem uma comparação entre Estados Unidos e Brasil, uma história monetária muito interessante, muito semelhante sob certos aspectos. Mas o fundamental é que eu dou tanto Friedman quanto Keynes. Eu tento mostrar para os alunos visões opostas, onde a minha visão não importa, embora diga que me filio mais a essa do que àquela. É fundamental que eles tenham oportunidade, na mesma matéria, de ver visões opostas. O que não é bom é que você tenha professores marxistas, professores neoclássicos, cada um dando em bloco uma visão monolítica.

Acho muito importante que o aluno aprenda muito cedo a estudar por conta própria; o autodidatismo é, no fundo, o segredo. A curiosidade, a capacidade de ir por conta própria e usar os professores e os colegas, também como um apoio, é essencial porque a ciência é uma obra coletiva. Nenhum de nós a faz sozinho. É um privilégio conseguir fazer ciência num ambiente rico e motivador e estimulante. Eu acho a USP, sinceramente, um lugar muito bom para isso. Quem está motivado tem toda a chance de fazer muita coisa. Fazer grupos de estudo, eu acho isso ótimo. Tenho estimulado o máximo que posso, como é o caso do projeto Controversa. Eu orientei vários dos seus grupos de estudo. Toda vez que me procuram aceito orientar, porque eu acho que isso é um método muito importante que se desenvolve muitas vezes fora da aula, no corredor, na interação entre os alunos.

A interdisciplinaridade e a pluralidade são extremamente importantes hoje para se analisar o atual momento da economia brasileira e apontar alternativas possíveis. Isto porque o sistema que tinha feito o País se desenvolver, com muitas distorções, mas que tinha feito o País se industrializar, se urbanizar, mais ou menos sob um comando estatal, e que com a restauração da democracia deveria ter sido democratizado, esse sistema foi demolido, sem que nada fosse criado no seu lugar. Hoje estamos carentes de políticas aplicadas, políticas industriais, políticas agrícolas, políticas científicas. Não temos nada disso no sentido de dar uma orientação e completar o processo de desenvolvimento que ficou pela metade. É isso que eu lamento, e acredito que nós vamos retomar isso em breve.

